



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagens, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 4

**FEIRAS DA
REFORMA AGRÁRIA,
AGROECOLOGIA E
RELAÇÃO CAMPO E
CIDADE**

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Barbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária

Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

*Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani,
Daniel Mancio e Andrea Matheus*

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro¹

Débora Franco Lerrer²

Introdução

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos foi um dos 36 projetos selecionados pelo Edital CNPq/MDA/INCRA 26/2012 e tinha por objetivo reeditar as experiências dos cursos de "Residência Agrária" ocorridos em meados dos anos 2000. Os cursos agora são voltados para um público estudantil vinculado diretamente a assentamentos de Reforma Agrária e a movimentos sociais do campo, e não mais a estudantes de Agronomia e demais Ciências Agrárias.

Um dos critérios de seleção dos candidatos ao curso de especialização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) era o seu projeto de "intervenção" nas áreas de assentamento, o qual deveria se adequar a uma das quatro linhas temáticas do curso. A primeira delas era "Fomento à organização para acesso a mercados institucionais", como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³. As demais linhas eram: "Agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nos assentamentos rurais"; "Formação de educadores e novas metodologias para a Educação do Campo"; "Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural".

¹Licenciada em Educação do Campo pela UFRRJ. Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos pela UFRRJ.

²Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ.

³Este programa será explicado com mais detalhes ao longo do artigo.

De setembro de 2013 a dezembro de 2015, foram realizadas quatro etapas de Tempo Escola e cinco etapas de Tempo Comunidade. Todos os alunos tiveram orientadores vinculados a diferentes departamentos da UFRRJ, bem como pesquisadores da Embrapa Agrobiologia, e foram estimulados desde o início a pensar no desenvolvimento de seus projetos de intervenção, que foram sistematizados em 18 monografias.

Durante a seleção, que teve entre seus critérios a demonstração de vínculo com a área em que se desenvolveria a intervenção, foi selecionada uma liderança do Assentamento Prefeito Celso Daniel, Marcela Medeiros de Castro, coautora deste artigo. Assim como a maioria dos integrantes do Curso de Residência Agrária, Marcela tinha acabado de se graduar na primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo realizado na UFRRJ.

A partir do processo de intervenção desenvolvido pela aluna, que antes do curso já estava envolvida na organização dos assentados para a venda de seus produtos ao PNAE do município de Macaé, este artigo visa refletir sobre os potenciais de construção de conhecimento que esse tipo de experiência voltado para assentados de Reforma Agrária pode promover.

A proposta desenvolvida pela aluna tinha como objetivo geral analisar as estratégias que estavam viabilizando a inserção dos agricultores do assentamento no PNAE. Como é de praxe em qualquer curso de pós-graduação, Castro tinha uma proposta inicial diferente quando se candidatou à seleção do curso da Rural. Seu projeto original era averiguar porque nem todos os assentados participavam da cooperativa existente no assentamento, a Coopemac (Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial da Agricultura Familiar dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Assentamento Prefeito Celso Daniel), que até então era o único modo de os agricultores assentados venderem sua produção para o mercado institucional. Logo em 2013, primeiro ano do curso, saiu uma portaria modificando as regras do programa, permitindo a agricultores familiares organizados em apenas uma associação, mas munidos de DAP (Declaração de Aptidão), venderem sua produção para a merenda escolar. Assim, como esse entrave já não existia mais e ser ou não ser da cooperativa não fazia diferença, a pesquisa voltou-se mais para a descrição de como os assentados vinham acessando o programa.

Castro já vinha atuando desde 2011 como mediadora na negociação entre a Prefeitura Municipal de Macaé e os assentados, a fim de que estes começassem a fornecer seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, cumprindo a Lei nº 11.947/2009. Esse dispositivo legal, promulgado no ano de 2009, constitui uma das inovações mais marcantes dos governos federais petistas em termos de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), abriu espaço para que esse segmento de agricultores historicamente marginalizados das políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro pudesse ser inserido nas compras institucionais do Estado.

Como já acompanhava o processo de implantação da lei no município representando os assentados nas negociações com técnicos da prefeitura para viabilizar a inserção de seus vizinhos no programa, Castro teve facilidade em obter dados nas Secretarias de Educação e de Agricultura do Município que permitiram uma visualização mais global do impacto do programa em Macaé.

Este artigo visa dialogar não só com os dados que a aluna acabou construindo na sua monografia de finalização de curso na UFRRJ, mas pretende ainda refletir sobre esse caso de objetificação de uma prática política específica no ambiente de um curso de "Residência Agrária", de modo a propor uma discussão sobre as virtualidades desse tipo de curso na organização política de setores do campesinato brasileiro, particularmente os assentados de Reforma Agrária.

Assim, este artigo parte da experiência de orientação conduzida pela Profa. Débora Lerrer para a construção da monografia elaborada por Marcela Castro, descrevendo inicialmente o processo que ambientou a relação acadêmica para depois apresentar o conteúdo obtido pela pesquisa desenvolvida pela aluna do Curso de Residência Agrária. Logo, ele claramente se divide em duas vozes. A primeira procura contextualizar de forma mais abrangente o PNAE e as dinâmicas dessa política associadas aos requisitos de pesquisa e formalização de um curso voltado para o atendimento de um público de assentados da Reforma Agrária. A segunda voz é parte do conteúdo da pró-

pria monografia, que descreve o PNAE e a forma como vem se dando o acesso a esse programa no Assentamento Celso Daniel, trazendo dados que possibilitam a representação científica dessa experiência, de modo que ela própria possa ser objeto de reflexão tanto dos atores envolvidos mais diretamente com ela, como de um público interessado na avaliação dessa determinada política pública. De qualquer modo, como o artigo é fruto de uma relação de orientação acadêmica, ambas as vozes são afetadas pela experiência trocada entre docente e aluna para a concretização do trabalho.

PNAE e a agricultura familiar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social federal direcionado para a educação, criado em 1954, atendendo na época apenas a algumas escolas da região Nordeste (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Até 1994, as compras para esse que ainda é o maior programa de alimentação brasileiro eram totalmente centralizadas, ou seja, algumas empresas participavam da licitação pública e seus produtos, processados e industrializados, eram distribuídos por todo o território nacional. Além de os alimentos muitas vezes chegarem vencidos e impróprios para o consumo, não contemplavam os hábitos alimentares dos alunos das diferentes regiões do país. A partir de 1994, houve a descentralização da gestão da alimentação escolar, que passou a ser assumida pelos municípios, o que viabilizou “a elaboração e o planejamento de cardápios mais de acordo com o hábito alimentar das comunidades e a participação da sociedade civil através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)” (SPINELLI; CANSEQUI, 2002 apud ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Hoje o programa funciona a partir da transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Cabe aos estados e municípios complementar os recursos, além de cobrir os custos operacionais.

Apesar das conexões que o PNAE tem com a agricultura familiar, sobretudo a partir da descentralização do uso de seus recursos, somente a partir de 2009, com a Lei 11.947/2009, é que se conectou institucionalmente a alimentação escolar com a agricultura familiar local ou regional. A partir dela, os municípios brasileiros passaram a ser obrigados a gastar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE com a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. A lei criou um mercado específico e garantido para a agricultura familiar e um grande incentivo para a auto-organização do setor, do qual participam os assentados da Reforma Agrária, como os vizinhos de Castro.

A cada ano é feito um cálculo do recurso necessário tomando por base o número de alunos matriculados na rede municipal. Desde 2009, 30% desse total tem de ser usado na compra de alimentação produzida por agricultores familiares da região, podendo, se for o caso, utilizar 100% dos recursos na compra de produtos desse público específico.

A partir da implementação da lei, alguns estudos como o de Esquerdo e Bergamasco (2014), indicam uma melhora substancial na diversificação dos produtos das merendas escolares municipais, que passaram a incluir mais legumes, verduras e frutas frescas. Além disso, o programa representa um grande incentivo para que os agricultores familiares dos municípios se dediquem a esse tipo de produção, que passa a ter comercialização garantida, com grande impacto no fortalecimento dessa categoria de produtores rurais. A partir do trabalho das autoras, Castro buscou os dados da Prefeitura de Macaé relativos aos gastos com o programa.

Para quem produz, a Lei 11.947/2009 abriu mais um mercado, o da alimentação escolar, no qual o agricultor familiar pode atuar como fornecedor. Ao todo, atualmente são 47 milhões de alunos, distribuídos em 190 mil escolas da Rede Pública de Ensino em todo o Brasil (BRASIL, 2011). Esquerdo e Bergamasco (2014, p. 8) observam que a lei "abriu a oportunidade para um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar". O trabalho das autoras também demonstra que "o fornecimento dos alimentos oriundos da agricultura familiar local pode contribuir para a melhoria da

qualidade da alimentação escolar e promoção do desenvolvimento local”, conclusões que, como veremos a seguir, podem também ser retiradas da monografia de Castro.

O Assentamento Celso Daniel

Localizado onde antes havia a Fazenda Cabiúna, a área do atual Assentamento Celso Daniel foi vistoriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1998, constatando que, além de ser improdutivo, havia pessoas que viviam na área trabalhando sem receber salário e menores empregados no corte da cana. Como decorrência da vistoria, foi decretada a desapropriação do imóvel no mesmo ano. Apesar do indicativo legalmente amparado de que se tratava de uma área que poderia ser desapropriada para fins de Reforma Agrária, a fazenda só se tornou assentamento depois que famílias sem-terra ocuparam a área, fenômeno que se repetiu em 85% das áreas reformadas no país desde a década de 80 (FERNANDES, 2010). Em 2002, famílias organizadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio das Ostras, com o apoio da Fetag/RJ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro), excedentes do Assentamento Cantagalo constituído no município, ocuparam a área localizada em Macaé, a fim de pressionar pela sua desapropriação.

A Fazenda Cabiúna era propriedade do Grupo Othon, de grande poder político e econômico na região. A ocupação foi feita com cerca de 300 pessoas, mas logo o acampamento cresceu, chegando a ter 700 ocupantes. Em 2003, depois da ocupação dos sem-terra, a ação de desapropriação parada desde 1998 começou a andar, e em 2005, depois de três anos de acampamento, as famílias conseguiram a imissão de posse na área, que contemplou a instalação de 201 famílias.

Assim como acontece em todos os assentamentos do país, as políticas públicas que deveriam ser implementadas só chegaram depois de muita pressão e luta dos assentados, inclusive a própria divisão de lotes. A demora do INCRA foi

tanta que os assentados resolveram eles mesmos contratar um topógrafo para dividir a área e, em seguida, tiveram de lidar com a mudança de localização de seus lotes, quando, enfim, o INCRA promoveu a demarcação oficial.

Um dos efeitos políticos da criação de assentamentos, além da distribuição do ativo terra para famílias pobres, é a integração política desse grupo social de maneira mais permanente. É comum que os assentados passem a ter uma grande atividade política no município onde são implantados seus assentamentos. No caso dos agricultores do Celso Daniel, área que se divide em dois municípios, os assentados foram os responsáveis pela fundação da Associação e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carapebus, município que até então não tinha essa entidade de representação de classe.

Foi a partir dessas entidades que os assentados começaram a lutar pelas políticas públicas que deveriam ser automaticamente destinadas a eles, mas que, dado o caráter conservador da política agrária brasileira (CARTER, 2010), somente são garantidas se eles próprios se organizarem para ocupar órgãos públicos como o INCRA, como foi o caso em novembro de 2007, para garantir o crédito fomento, destinado à sua instalação na área e à compra de ferramentas. Os assentados tiveram que ficar dois meses ocupando a sede do INCRA, tendo inclusive passado o Natal daquele ano por lá, já que o crédito de instalação só saiu no dia 30 de dezembro.

A ciência e a luta social

Em meio a uma crise epistemológica que, segundo Boaventura de Souza Santos, constitui um período de transição paradigmática, emerge com cada vez mais força em ambientes voltados para pesquisa da sociedade contemporânea a questão de reverter o conhecimento construído sobre uma determinada realidade social para colaborar de algum modo para problematizar e contribuir com a ação das populações locais. Santos sintetiza muito bem essa disposição quando formula sua proposta de se construir uma “ciência prudente para uma sociedade decente” (1995). Em outras palavras,

muito mais do que apenas pensar no resultado das pesquisas científicas é importante pensar no impacto que esse conhecimento pode ter e se ele pode ser revertido e tornado útil para os grupos sociais geralmente usados como “objetos” das pesquisas.

Como o curso da UFRRJ teve como proposta inicial facilitar a intervenção em alguma área ou movimento social, já estava dado que não se esperava uma neutralidade axiológica dos estudantes, já que eram assentados nas áreas objetos de seus projetos ou eram ativistas de alguns dos movimentos sociais que integraram o curso (MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, CPT - Comissão Pastoral da Terra e MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores).

Por outro lado, como não eram pessoas estranhas a essas realidades sociais, a maioria delas não vivenciou o estranhamento recorrente pelo qual passam os pesquisadores geralmente oriundos da classe média urbana que desenvolvem suas pesquisas em assentamentos da Reforma Agrária ou em outras comunidades camponesas com o fim de obtenção de algum grau acadêmico, de graduação ou pós-graduação. Logo, os alunos do curso de Residência Agrária estavam além da metodologia da “observação participante”. O grande desafio que se apresentava a eles era justamente buscar esse distanciamento da realidade na qual estavam inseridos com o propósito de construir algum conhecimento que minimamente sistematizasse a experiência que eles viviam e, quem sabe, trazer à tona algum dado que pudesse contribuir com os processos sociais, econômicos e políticos vivenciados por suas comunidades. Geralmente, quando estamos muito inseridos em algum processo social, é difícil manter o distanciamento, pois a experiência e a familiaridade com o vivido não favorecem o giro epistemológico que faz com que observemos, através de algumas lentes conceituais, aspectos e dimensões de uma determinada realidade social que depois de sistematizadas podem ser generalizadas e consideradas interessantes de ser conhecidas por um grupo mais abrangente de leitores.

A coautora deste trabalho teve de empreender esse processo e, assim, contar um pouco de sua história e de onde vive na monografia de final de curso. Ela também foi orientada a pesquisar o programa tanto em alguns artigos, especialmente o de Esquerdo e Bergamasco, como no próprio *site* do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar), que distribui para todas as prefeituras do país os recursos que serão usados para a compra de merenda escolar.

Na monografia, Castro primeiramente descreveu o histórico do assentamento e da luta pela terra que a Fetag/RJ, organização que integra desde 1999, e que havia promovido a ocupação da área. A seguir, ela apresentou um histórico do PNAE, como o Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) passou a funcionar a partir de 2009 e, por fim, como os assentados do "Celso Daniel" estavam acessando esse programa em Macaé, os produtos que entregavam e o que isso representa em termos globais para o grupo em relação às compras para alimentação escolar do município. O problema que Castro acompanhou e acompanha em sua atuação nessa pesquisa e no assentamento é como superar as enormes dificuldades e "entraves" enfrentados pelos agricultores para acessar uma política pública que tem por objetivo fortalecê-los, evitando, assim, que os assentados acabem por vender seus lotes ou sua força de trabalho na região por falta de alternativas.

Para a autora da pesquisa, tratava-se de viabilizar que a maioria dos assentados se integrasse a essa política. O dado que ela pôde construir para concretizar o trabalho acadêmico exigido pelo curso, a "monografia", foi viabilizado por sua inserção política nas negociações, o que lhe facilitou o acesso aos dados municipais sobre essa experiência. Embora a sistematização que empreendeu da história do assentamento e do PNAE tenha várias lacunas, típicas de um estudante com dificuldade de construir esse distanciamento epistemológico do familiar, os dados construídos no miolo do trabalho, que serão reproduzidos na próxima seção deste capítulo, promovem a visibilidade de uma dimensão da experiência que, em si, fortalece sua própria continuidade ao descrever como se dá o processo de venda de seus produtos para a prefeitura, quais produtos foram entregues, algumas

das dificuldades enfrentadas pelos assentados e o que a produção do assentamento representa dentro da cota de 30% que a Prefeitura de Macaé deve obrigatoriamente comprar da agricultura familiar.

Chamadas públicas e a aquisição de produtos da agricultura familiar

As compras municipais para o PNAE são feitas mediante chamadas públicas, que substituem a necessidade de se realizar uma licitação. O agricultor familiar pode participar da chamada pública de forma individual ou por meio de suas organizações, sejam elas informais ou formais, como associações e cooperativas. Para tanto, o agricultor familiar deve ser reconhecido formalmente, mediante Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA e o PNAE.

Inicialmente, a Lei 11.947/2009 previa como limite máximo de venda dos produtos da agricultura familiar o valor de R\$ 9.000,00 por DAP, ou seja, por agricultor ao ano. Em julho de 2012, esse limite máximo foi aumentado por meio da Resolução nº 25, que alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano (FNDE, 2009).

Os preços dos produtos contratados no âmbito da Chamada Pública devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado, sendo previamente definidos por pesquisa realizada pela Entidade Executora. Dessa forma, aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de chamada pública permanecem em estreita consonância com os princípios jurídicos que regem as aquisições feitas pela Administração Pública (PNAE/2014).

O procedimento da chamada pública poderá ser ampliado até a

totalidade dos recursos da alimentação escolar repassados pelo FNDE, desde que voltados para a aquisição de produtos da agricultura familiar e em conformidade com as mesmas normas apresentadas.

Mensalmente, as informações referentes a todo o processo de aquisição de gêneros públicos para a alimentação escolar devem ser publicadas em órgão de divulgação oficial ou quadro de avisos de amplo acesso. As Entidades Executoras precisam publicar os editais de chamada pública para alimentação escolar em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação ou ainda, caso haja, em seu endereço na internet.

De acordo com o *site* do FNDE, "a publicação pode ser feita também em outros locais com potencial de divulgação das chamadas. Por exemplo, em sindicatos e entidades da agricultura familiar, rádios comunitárias locais e jornais de grande circulação regional, estadual ou nacional".

No ano de 2010, os agricultores familiares do assentamento Prefeito Celso Daniel, juntamente com a Coopemac, iniciaram uma articulação com as Secretarias de Educação e de Agroecologia de Macaé para implementar a Lei 11.947/2009. A primeira reunião realizada teve por objetivo apresentar o PNAE aos agricultores, esclarecer as dúvidas, mapear os produtos que já eram cultivados no assentamento, em que período e a quantidade. Nessa reunião, os agricultores demandaram a necessidade de a prefeitura disponibilizar maquinários, técnicos agrícolas e sementes para que os assentados pudessem se estruturar e iniciar a produção. As máquinas da Secretaria de Agricultura já atendiam aos assentados, era só intensificar o atendimento aos 14 assentados que estavam se propondo a fornecer para o PNAE.

A Coopemac trabalhou inicialmente com apenas 14 agricultores que estavam documentados com a DAP, eram sócios da cooperativa e já trabalhavam com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A Coopemac, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Celso Daniel e a Secretaria de Agroecologia de Macaé elaboraram um projeto de implantação de um modelo produtivo de 1 hectare em cada um dos 14 lotes sem o uso de agrotóxicos, a partir de demanda dos próprios agricultores. Cada módulo

tinha por objetivo implantar a produção orgânica com meios alternativos de algum produto escolhido pelo agricultor em um prazo de três meses. O modelo produtivo tinha por finalidade desenvolver a produção com baixo custo e alta produtividade de abóbora, aipim, alface, banana, batata-doce, beterraba, cebolinha, cenoura, couve, feijão-de-corda, feijão-preto, inhame, maracujá, quiabo, salsa, tomate e vagem, visando à sua venda para o PNAE.

Para conseguirem entregar sua produção para o PNAE, os agricultores, junto com a associação de produtores rurais do assentamento Prefeito Celso Daniel, solicitaram ao INCRA a DAP física dos agricultores (Declaração de Aptidão ao Pronaf), pois a que havia sido fornecida a eles era provisória e iria expirar em um ano. Com essas DAPs, a Coopemac obteve a DAP jurídica.

A seguir, os cooperados, juntamente com a Secretaria de Agroeconomia, realizaram uma reunião com a Secretaria de Educação e a nutricionista do Município de Macaé, Dina Reis, apresentando o interesse dos agricultores de participar do PNAE. Tendo em mãos o mapeamento da produção, Dina elaborou o cardápio incluindo os produtos da agricultura familiar local. Como um dos itens que estava sendo ofertado pelos agricultores era feijão-de-corda e este não fazia parte do cardápio, foi necessário um teste de aceitação. O produto foi enviado para as escolas, foi bem-aceito e passou a ser incluído no cardápio da merenda escolar. Todo o processo durou cerca de um ano de organização interna dos assentados e de negociação com o município.

Os agricultores da Coopemac só começaram a vender para o PNAE a partir de 2011. Naquele ano, o repasse do FNDE à Macaé foi de R\$ 2.451.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais). Seriam destinados à compra de produtos da agricultura familiar, no mínimo, R\$ 735.480,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais). A primeira chamada pública foi publicada no dia 30 de junho de 2011, que a Prefeitura Municipal de Macaé realizou com o objetivo de chamar e registrar gêneros alimentícios destinados ao atendimento do PNAE. A cooperativa assinou seu primeiro projeto de venda no valor de R\$ 281.000,00 (duzentos e oitenta e um mil reais), beneficiando 14 cooperados do assentamento.

Durante a execução do contrato, os agricultores tiveram de obedecer ao cronograma de entrega uma vez por semana. Toda terça-feira entregavam seus produtos na Secretaria de Agroeconomia para que fossem pesados, selecionados e entregues às escolas. Em 2011 Macaé tinha 107 escolas municipais, mas somente 42 foram atendidas com os produtos da agricultura familiar, todas da área urbana em razão da facilidade de acesso. As escolas rurais ficaram de fora e continuaram recebendo alimentos de uma empresa terceirizada do município de Macaé, a Qualivita.

O primeiro ano de entrega foi marcado por dificuldades. Faltava transporte para levar os produtos até o galpão da Secretaria de Agroeconomia, além de profissionais para selecionar e pesar os produtos. Os próprios assentados realizavam o trabalho junto com servidores das Secretarias de Agroeconomia e de Educação.

Para os agricultores serem pagos, a Coopemac preenchia as notas fiscais em nome da cooperativa, contendo todos os produtos e as encaminhava para o setor responsável da prefeitura. No entanto, várias vezes as notas retornavam, pois não cumpriam com as normas exigidas, como, por exemplo, alguma diferença de peso no produto de um mês ao outro. Por esse motivo, os agricultores chegaram a ficar até cinco meses sem receber o pagamento por seus produtos. Diante de tais dificuldades, um dos sócios da cooperativa foi designado para fazer um curso que o capacitasse a emitir notas fiscais manuais. Posteriormente, a prefeitura exigiu nota fiscal eletrônica e ele teve de fazer um outro curso para atender à nova regra. Os atrasos nos pagamentos aos agricultores permaneceram, mas os 14 envolvidos nessa primeira experiência cumpriram com o contrato de entrega dos produtos⁴.

No final do ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Macaé publicou a segunda chamada para o PNAE voltada para a agricultora familiar. O montante enviado pelo FNDE foi de R\$ 2.763.792,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e três mil e setecentos e noventa e dois reais), 30% do qual representava o valor de R\$ 829.137,60 (oitocentos e vinte e nove mil, cento e trinta

⁴O entrave com o pagamento dos produtos entregues continuava ainda em 2015, ano de conclusão da monografia.

e sete reais e sessenta centavos). A cooperativa assinou seu segundo contrato no valor de R\$ 452.653,20 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), mais da metade do recurso e agora integrando um total de 29 agricultores assentados.

No ano de 2013, o FNDE repassou R\$ 3.366.948,00 (três milhões, trezentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e oito reais) ao município de Macaé para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo 30% desse valor R\$ 1.010.844,00 (um milhão e dez mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), destinados à compra dos produtos da agricultura familiar para atender ao PNAE. A cooperativa assinou seu terceiro contrato, no valor de R\$ 599.206,71 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e seis reais e setenta e um centavos), beneficiando 30 agricultores do assentamento Prefeito Celso Daniel (Prefeitura Municipal de Macaé, Contrato nº 059/2014). Isso quer dizer que mais assentados foram-se integrando aos PNAE e o contrato da cooperativa continuou representando mais da metade da cota destinada para a agricultura familiar, mesmo o valor tendo crescido de 2011 a 2013.

Até o ano de 2012, a norma estabelecida pela Resolução 38 do FNDE dizia que, no caso dos municípios cujo repasse anual fosse superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como era o caso de Macaé, a entidade executora deveria adquirir gêneros alimentícios de organizações formais, no caso, cooperativas e associações. A partir da Resolução 26, de 17/6/2013, em seu artigo 30, foi determinado que os estados, o Distrito Federal, municípios e escolas federais, cujo valor do repasse do FNDE fosse superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano, a entidade executora, a prefeitura ou os governos estaduais poderiam aceitar propostas de organizações com DAP jurídica e física, desde que fosse previsto na chamada pública. Dessa forma, a nova resolução alterou o limite anterior de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

A Secretaria de Agroecologia de Macaé e os assentados (em assembleia geral) decidiram que iriam apoiar os grupos informais e as pessoas individuais que, por algum motivo, tivessem o desejo de fazer sua comercialização dessa forma, não deixando de apoiar a Coopemac, que vinha entre-

gando seus produtos desde 2011. Assim, 7 assentados fizeram seus projetos individuais e um grupo informal com 4 pessoas realizou seus projetos coletivos. Isso totalizou 41 agricultores do Assentamento Prefeito Celso Daniel participando do PNAE em Macaé.

Em 2014, o repasse do FNDE foi de R\$ 3.417.600, 00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil e seiscentos reais), com 30% correspondendo ao valor de R\$ 1.025.280,00 (um milhão, vinte e cinco mil e duzentos e oitenta reais). Os 41 assentados movimentaram um montante de R\$ 820.000,00, ou seja, quase 80%.

Tabela 1: Itens comercializados pelos agricultores do Assentamento Celso Daniel e seus respectivos valores em 2014

ITENS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	UNIDADES	QUANTIDADE ESTIMADA PARA EXERCÍCIO DE 2014	PREÇO R\$
01	ABACATE	KG	2.500	5.31
02	AB OBORA	KG	13.00	2.02
03	AIPIM	KG	17.500	2.99
04	ALFACE	KG	21.375	5.44
05	ALHO	KG	1.750	10.17
06	ARROZ INTEGRAL	KG	400	3.17
07	BANANA-D'ÁGUA	KG	20.000	2.31
08	BANANA PASSA	KG	4.750	17.63
09	BANANA-PRATA	KG	73.125	2.85
10	BATATA-DOCE	KG	17.500	4.98
11	BATATA-INGLESA	KG	7.500	1.97
12	BETERRABA	KG	4.875	2.99
13	CAQUI	KG	4.000	3.72
14	CEBOLA	KG	5.000	2.16
15	CEBOLINHA	KG	17.100	11.23
16	CENOURA	KG	4.875	3.26
17	CHUCHU	KG	2.550	3.07
18	COUVE	KG	5.700	4.24
19	DOCE DE BANANA	KG	2.250	13.50
20	FEIJÃO-PRETO	KG	13.500	5.20
21	GOIABA IN NATURA	KG	8.000	8.00
22	INHAME	KG	3.400	6.81
23	IOGURTE	LITRO	37.500	7.25
24	MAMÃO FORMOSA	KG	19.000	3.21
25	MANGA TOMMY	KG	2.000	3.58
26	OVO CAPIRA	DÚZIA	18.00	5.56
27	PIMENTÃO VERDE	KG	3.150	3.71
28	POLPA DE GOIABA	KG	9.500	8.48
29	POLPA DE MANGA	KG	9.500	10.49
30	POLPA DE MORANGO	KG	9.500	12.40
31	QUEIJO MINAS	KG	4.200	19.38
32	SALSA	KG	16.245	11.23
33	TANGERINA PONCÃ	KG	3.000	2.03
34	TOMATE	KG	6.800	3.21
35	QUIABO	KG	1.500	5.97

Fonte: Chamada Pública - 2014 da Secretaria de Educação de Macaé.

Conclusão

Em seu trabalho, Castro reúne e organiza dados, e reflete sobre as razões pelas quais a maioria de seus vizinhos ainda não participava do PNAE em 2014, questão que sempre a acompanhou desde o início de seu projeto. Ao final, ela efetivamente consegue elencar alguns dos motivos. Segundo a autora do estudo, “alguns acham que não precisam participar de reuniões para comercializar, logo ficam sem apoio necessário para se inserir ao PNAE, pois estão distantes dos debates sobre a questão”. Outra dificuldade apontada é a produção em escala, visto que o assentamento tem solo degradado pela monocultura da cana-de-açúcar e às vezes sofre com falta de chuvas, o que compromete a produção. “Por conta disso, muitos agricultores têm medo de assinar contrato e depois não conseguirem produzir” (CASTRO, 2015).

Apesar disso, em 2014, como vimos, 41 agricultores, ou seja, 20% dos assentados do Celso Daniel que estavam há menos de 10 anos em uma área degradada por décadas de plantio de cana, foram responsáveis pela entrega de 80% dos produtos oriundos da agricultura familiar para o PNAE de Macaé. Esses assentados somente puderam chegar a tal resultado a partir da iniciativa de sua organização, uma vez que em 2010 procuraram a Prefeitura de Macaé e sua Secretaria de Agroeconomia demandando projetos de apoio que viabilizassem a produção a ser entregue para a merenda escolar. A primeira entrega propriamente aconteceu em 2011. No entanto, em pouco mais de três anos, os assentados já eram responsáveis pela maioria dos produtos da agricultura familiar que estavam sendo adquiridos pelo município de Macaé, apesar dos enormes entraves e dificuldades que sempre enfrentaram ao longo desses anos, tanto para se estruturarem para produzir e garantir uma oferta “firme” de produtos para as escolas municipais, como para lidarem com a burocracia inerente a essas políticas públicas e receberem seu pagamento.

É interessante observar que a minoria dos assentados de uma área localizada perto da sede de um município conhecido por ser um dos pilares da indústria petrolífera do Rio de Janeiro, portanto, de grande renda, pode oferecer 80% da cota que tem de ser adquirida da agricultura familiar para a merenda escolar das escolas municipais. Assim, se as 201 famílias do Assen-

tamento Celso Daniel conseguissem superar os "entraves" que estão em seu caminho para se integrarem ao programa, relacionados à sua organização interna e às exigências burocráticas de qualquer política pública, é bem possível que grande parte da merenda escolar das escolas municipais de Macaé, e não só 30%, fosse constituída de alimentos frescos, saudáveis e diversificados, oriundos da agricultura familiar.

Além da melhora substancial da qualidade alimentar da merenda, essa experiência promove a ampliação da renda de populações subalternas do meio rural brasileiro. É importante ressaltar: quando essas populações até então marginalizadas economicamente são inseridas e têm acesso a recursos e ativos viabilizados pelo Estado, como a própria terra, crédito, como o Pronaf, e compras institucionais viabilizadas pelo PAA e o PNAE, promove-se também uma distribuição de renda de impacto no conjunto da economia municipal, pois essas populações, ao disporem de mais recursos financeiros, geralmente acabam gastando-os na própria região. Convém ainda frisar que mais do que apenas melhorar a atividade econômica dos assentados, essa dinâmica viabilizada pelas políticas públicas do Estado fortalece a própria opção profissional de ser agricultor. Desse modo, muitos dos assentados possuem filhos que, observando o resultado concreto e monetário da dedicação a esse tipo de atividade profissional, tendem a colocar essa alternativa como uma de suas opções profissionais, o que significa uma considerável autonomia em face das oscilações do mercado de trabalho brasileiro.

Referências

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEISS, B. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009., Belo Horizonte, **Anais...** CD-ROM.

BRASIL **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. DOU de 17.6.2009. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, D. G. de; CASTRO, V. M. de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável**. 2014. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/3801511>.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **O processo de implantação da Lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do circuito das frutas-SP**. 2012. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1A/04_Vanilde_Esquerdo.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 161-197.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar - 2014**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SANTOS, B. de S. **Toward a new common sense**. Nova York: Routledge, 1995.

SCHULTZ, O. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**. 2014. Disponível em: <http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/JULHO_ANEXO_1_DAP_CURSO_NORMAS_GERAI_SLIDES.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TRINDADE, J. **Gêneros da agricultura familiar reforçam qualidade da merenda municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/generos-da-agricultura-familiar-reforcam-qualidade-da-merenda-municipal>>.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMa/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

